



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 201

Projeto Político Pedagógico



Santa Maria, maio de 2023

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. HISTÓRICO	5
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	10
4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	13
5. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	14
6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA	15
6.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	16
7. OBJETIVOS	17
8. CONCEPÇÕES TEÓRICAS	17
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	21
10.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	24
10.2 EJA, Educação de Jovens e Adultos	25
10.3 OE - Orientação Educacional	26
10.4 AEE, Atendimento Educacional Especializado /Sala de Recursos Generalista	27
10.5 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	28
10.6 APOIO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	28
11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES PRÁTICAS	29
12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	33
12.1 RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS	33
12.2 GESTÃO DE MATERIAL E FINANCEIRA	34
12.3 GESTÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO DE PESSOAS	35
12.4 GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS	36
12.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	36
13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	38
14. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	46
15. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	57
REFERÊNCIAS	58

1. APRESENTAÇÃO

A Proposta Pedagógica ora apresentada foi e está em contínua elaboração a partir de inúmeros momentos de reflexão: **Reunião de Planejamento Anual (Semana Pedagógica - de 06/02 a 10/02), Reunião de Acolhida aos Pais, Alunos e Comunidade (04/03), Reuniões para Replanejamento Curricular, Coordenações Pedagógicas Iniciais, Coletivas, Formações com a O.E. de nossa unidade e em Momentos e Ações Diversas.**

Por não se tratar de um mero documento e por compreendermos que a educação, assim como o processo de aprendizagem, é um fenômeno sócio-histórico e cultural, é que este documento preza pela transformação, pela temporalidade, pela vivência de experiência, pelo protagonismo, pela empatia e por tudo mais que torne possível e viável uma proposta que reconstrua nossos processos tão afetados por uma crise sanitária mundial. Este documento é um referencial que norteará as ações desta instituição, principalmente nesse momento pós-pandêmico, que já nos revela todas as graves consequências pedagógicas e sociais pelas quais todos passam.

Na ocasião da elaboração desse documento para o ano letivo de 2023, todos os que compõem a comunidade escolar puderam fazer apontamentos e colocações sobre aquilo que é prioritário para o funcionamento da escola, sobre as ações que deveriam ser consideradas para a nova realidade e sobre os ajustes necessários para que a função social da Instituição se efetivasse de forma exitosa.

A respeito da identificação do Centro de Ensino Fundamental 201 de Santa Maria, é importante ressaltar que ele integra a estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, SEEDF, vinculada pedagógica e administrativamente à Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria. Está localizado na Região Administrativa de Santa Maria (RA XIII), que foi instituída por meio da Lei nº 348/92, de 4 de novembro de 1992, e pelo Decreto nº 14604/93, de 10 de fevereiro de 1993, que desanexaram o território do Núcleo Rural Santa Maria da Região Administrativa do Gama. A Unidade Escolar atende nos turnos matutino e vespertino as séries finais do Ensino Fundamental e no turno noturno, por meio da Educação de Jovens e Adultos, os Anos Iniciais (1º segmento) e Anos Finais (2º segmento) do Ensino Fundamental.

A presente Proposta Pedagógica se constitui num documento coletivo de avaliação, estudo, reflexão e discussão democrática dos elementos que, a nosso ver, apontam no sentido de uma educação pública pautada pela qualidade social. Por isso, foi construído pelos diferentes sujeitos que compõem a Unidade Escolar (profissionais da educação, estudantes, equipes pedagógicas e equipe gestora, bem como pais, mães e responsáveis pelos estudantes).

Uma compreensão elementar, que se destaca nessa proposta pedagógica, é a concepção de recuperação das aprendizagens, do resgate de relacionamentos e de valores, da promoção do aluno, da cidadania e do protagonismo estudantil, entre outras que acomodam nossos anseios, justificam e significam nosso projeto, e isto ocorre exatamente porque coloca no centro do pensar pedagógico os sujeitos para os quais a educação necessariamente deve voltar suas ações e a nova realidade que todos vivem:

“Pensar sobre o papel que a educação cumpre na atualidade requer pensar sua função, sua organização e o envolvimento dos sujeitos. Requer, sobretudo, pensar nas realidades que vivem e convivem no espaço escolar, considerando o momento em que as desigualdades e injustiças sociais expõem os equívocos de um modelo de desenvolvimento econômico e social que visa apenas o lucro imediato de uma minoria e transforma as relações humanas em relações de mercado. Esse modelo, fruto das políticas capitalistas, leva as pessoas a um processo de personalização e competitividade que alteram o modo de ver, entender e agir – ou não agir – na vida [...] marca indelével desse modelo, em todo mundo, é o abismo cada vez maior entre pobres e ricos; entre os excessivamente alimentados e os que sofrem de fome crônica; entre os moradores de palácios e os sem teto de todas as origens, disparando o detonador da pior de todas as armas: a injustiça social, fomentadora da indiferença, da crueldade e da violência.” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.16)

O Ensino Fundamental, etapa elementar da Educação Básica, de grande importância para a formação de indivíduos, é composto por duas fases: Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). Apesar de constituírem uma etapa única, em cada fase, percebem-se especificidades e particularidades que exigem um olhar diferenciado. O que se tem percebido é que os Anos Finais, em especial nesse novo contexto pós-pandemia, sofrem com a reprovação por conta do abandono escolar, bem como com o considerável índice de incompatibilidade idade/ano. É importante ressaltar ainda que os 6º e os 7º anos, em especial, sofrem com a falta de pré-requisitos e com problemas estruturais no processo de alfabetização.

Nesse contexto, e em consonância com as diretrizes elaboradas pela Secretaria de Educação, sobretudo os “Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento” e o documento “Orientação Pedagógica: Projeto Político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas”, o presente documento se formalizou numa tentativa de exprimir nossa proposta político-pedagógica, procurando contribuir para a superação dos problemas outrora elencados e que se configuram como um dos maiores desafios para que possamos alcançar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos dos Anos Finais.

2. HISTÓRICO

A criação da cidade de Santa Maria está vinculada ao Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, um programa de distribuição de lotes que fora realizado pelo GDF em meados da década de 1990, reflexo da emergência dos programas de proteção social, onde se inclui o direito à moradia, reconhecido como pressuposto para a dignidade humana pela Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948 e que fora recepcionado pela Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº26/00, em seu art. 6º, *caput*, que assim o traz:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação¹, o trabalho, a moradia², o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O direito à moradia, portanto, está incorporado ao direito brasileiro não só pela Constituição Federal, mas pelos tratados internacionais onde o Brasil é signatário. Entretanto, o que se percebe na *práxis* diverge do que está estabelecido na legislação, principalmente no que se refere às políticas públicas voltadas aos segmentos mais carentes da sociedade.

No caso específico da cidade de Santa Maria, uma determinada área do Núcleo Rural Santa Maria foi destinada aos moradores de invasões do Gama e das demais localidades esparsas do Distrito Federal. O mesmo processo se deu em outras regiões de

¹ EC nº 64/2010, inclui no texto constitucional o direito à alimentação. ² EC nº 26/2000, inclui o direito à moradia.

assentamento, que posteriormente foram transformadas em Regiões Administrativas, como Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II.

É importante destacar que as famílias atendidas pelo programa – que não antevia nenhum auxílio financeiro ou material para a construção das habitações – foram deixadas à própria sorte. Algumas dessas famílias, sem perspectiva de construção da habitação, que dependia dos próprios recursos, acabavam por abandoná-las, o que aumentava ainda mais a condição de miséria no local, pois os lotes deixados para trás eram invadidos por outras pessoas, que de igual modo não tinham para onde ir:

“O perfil dos demandantes desse programa era: extrema pobreza apresentada na maioria dos casos, cuja renda mensal de muitas famílias consistia no auxílio de algum programa social de transferência de renda (Bolsa Escola [sic], Renda Minha, Peti, etc) ou benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Outra característica recorrente era a situação de saúde, pois muitos apresentavam problemas de saúde grave, às vezes com incapacidade laborativa e/ou gastos elevados com a compra de medicamentos ou tratamento da doença ou deficiência.” (SILVA, 2007, p. 5)

Assim, o direito à moradia, da maneira como fora implementado na cidade de Santa Maria, não considerou a dignidade e autonomia daqueles que foram contemplados no programa de assentamento de famílias. O que lhes restou foi a exclusão social, uma vez que a condição de miséria a eles deixada – pela falta de políticas públicas que conferisse autonomia, cidadania, e emancipação econômica – não os permitiu concretizar o exercício das suas liberdades fundamentais, posto que a simples aplicação do dispositivo constitucional referente ao direito à moradia não é condição suficiente para lhes assegurar o necessário e o justo.

Houve uma separação, não só física, mas social da classe trabalhadora, que crescia exponencialmente a cada ano. Mal se consolidava uma cidade-satélite outra, construída na mesma perspectiva segregacionista, já se fazia necessária.

Em Santa Maria as primeiras quadras foram entregues a partir de fevereiro de 1991. A CL 201, onde fica localizado o CEF 201, foi uma das primeiras quadras a ser entregues à comunidade da cidade que surgia em meio ao mato alto, poeira, caminhões-pipas que forneciam água² e à crescente violência. Aos poucos as casas

² Conforme relato de moradores da comunidade, a água vinda dos caminhões era um dos poucos recursos a que tinham acesso, isso sem mencionar o fato de que era necessário ter um *galão* para armazená-la. As pessoas que não possuíam o galão dependiam da ajuda de outros moradores para ter acesso a água, na maioria das vezes a comunidade se unia para comprar os galões para as

foram se multiplicando, a população foi crescendo e a necessidade de construção de novas escolas se fez. A carência por escolas acompanhava a carência por outros serviços essenciais, como saneamento, segurança, lazer e oportunidades de emprego.

Mas, foi apenas em meados do ano de 1997³ que o Centro de Ensino Fundamental 201 começou a ser construído como conquista da comunidade local, em que se destaca a atuação do líder comunitário o Conselheiro do Orçamento Participativo, senhor Erivaldo Rodrigues de Araújo.

Em 15 de janeiro de 1998, sob a gestão do professor Mauro Gleisson de Castro Evangelista, a comunidade recebeu a escola. Em seguida chegaram os membros da equipe que passaram a planejar o seu funcionamento e, por fim, os professores. A maioria dos membros dessa nova equipe era composta por recém-chegados à Secretaria de Educação, que na época se chamava Fundação Educacional do Distrito Federal.

A escola foi inaugurada no dia 11 de fevereiro de 1998 pelo Secretário de Educação Antônio Ibañes Ruiz, o Diretor Executivo da SEDF Jacy Braga Peninha e o então Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque.

Na primeira *Semana Pedagógica* o grupo começou a elaborar o Regimento Interno Escolar a fim de definir a organização administrativa, pedagógica e disciplinar da instituição, estabelecendo as normas que orientariam o trabalho daquele recém-formado grupo numa comunidade tão carente de tantos recursos, sobretudo carentes de serviços de educação.

As aulas começaram no dia 11 de fevereiro de 1998, e no dia 22 foi realizada a primeira reunião de pais e mestres. Questões como a *disciplina* parecem ter sido a tônica inicial, bem como a apresentação do Regimento Interno, que também teve algumas sugestões dos pais incorporadas ao texto.

Esta preocupação com a questão disciplinar se devia ao fato de que algumas turmas foram remanejadas para a nova escola, provindos, sobretudo, do CAIC Albert Sabin, da Escola Classe de Santa Maria (atual Escola Classe 203) e do Centro Educacional 403 de Santa Maria. Esta situação arrancou protestos dos pais, que

famílias que não tinham, bem como cobertores e toldos, que serviriam para cobrir os barracos, e assim, enfrentar as duras épocas de frio e chuva.

³ Fonte: Projeto Político-Pedagógico do CEF 201, versão 2016.

temiam o remanejamento de seus filhos, dada a periculosidade da área em virtude do tráfico de drogas.

A então Diretora da DRE Santa Maria, Magda Lima Lúcio, relata que recebeu inúmeras comissões de pais e telefonemas constantes protestando a transferência de seus filhos para a escola.

As tentativas de invasão do espaço físico por sujeitos marginalizados da comunidade externa eram comuns. A disponibilização do efetivo do Batalhão Escolar fixo foi tardia, haja vista a carência de efetivo e o fato do Comando da Polícia Militar não ser informado a respeito da construção da nova escola.

Ao enfatizar a questão disciplinar, necessária à época, e ainda hoje, a escola obteve aprovação dos pais e como consequência a confiança e o acolhimento por parte da comunidade da recém-fundada cidade.

Entretanto, a trajetória da escola, desde seu início até os dias atuais sempre esteve permeada pela violência: ora de maneira mais intensa, ora de maneira mais branda. No ano de 1998, por exemplo, havia mais de 30 alunos em regime Liberdade Assistida.

Nestes 24 anos do CEF 201, várias equipes gestoras imprimiram suas marcas nesta Unidade Escolar. Cada uma a seu modo contribuiu para a valorização da comunidade escolar em que estamos inseridos, tendo transformado, positiva e gradativamente a realidade daqueles que por aqui passaram.

Atualmente, sob o prisma da Gestão Democrática, a escola está passando por transformações de caráter pedagógico e organizacional, sobretudo a atualização deste documento, para que o mesmo possa atender as novas Diretrizes da Secretaria de Educação, bem como a implementação de novos projetos que acolham as demandas sociais e educacionais dos membros desta instituição. Além do que, faz-se necessário a implementação das normas educacionais vigentes na atualidade na Secretaria de Educação do Distrito Federal nesta Unidade Escolar, mesmo porque esses referenciais e diretrizes educacionais, foram construídos coletivamente e muitos destes trazem nova perspectiva ao trabalho docente que se faz nessa Unidade de Ensino.

O Centro de Ensino Fundamental 201 de Santa Maria está localizado na CL 201, Área Especial S/N, Lote "A", CEP: 72.503-110. Os telefones de contato são **(61)**

3901.4569 e **3901.4568**, e-mail: **cef201sm@edu.se.df.gov.br** e **pedagogicocef201@edu.se.df.gov.br**. Nesse ano de 2023, contamos com uma equipe de 55 professores atuando em salas de aula nos turnos matutino, vespertino e noturno, três profissionais readaptados, dois professores atuando na Sala de Recursos, três profissionais atuando na secretaria, dois na biblioteca, dois orientadores educacionais, três coordenadores pedagógicos no período diurno, um coordenador pedagógico no período noturno, dois supervisores pedagógicos (um no diurno e um no noturno), dois supervisores administrativos (um no diurno e um no noturno), um vice-diretor, um diretor. Além disso, contamos com profissionais terceirizados que nos assistem na vigilância (quatro) e atuam em dias alternados nos turnos diurno e noturno, treze profissionais na limpeza e conservação e seis na cantina. Ademais, conta-se ainda com a relevante contribuição dos Educadores Sociais Voluntários que atuam no Projeto Educação Integral.

Neste ano de 2023, a Equipe Gestora é formada pelos seguintes Membros:

Diretora	Daisy Christina Salazar Magalhães – 203.948/6
Vice Diretora	Ivani Ribeiro de Sena – 202.804/2
Chefe de Secretaria	Suzanne Santos Standler de Andrade - 209.66/5
Supervisor Pedagógico (Diurno)	Ana Cláudia Marques de Deus- 228.505/3
Supervisor Pedagógico (Noturno)	Antonio dos Santos Oliveira - 0230.355/8
Supervisora Administrativo (Diurno)	Daniela Cristina da Silveira Mendes 220674/9
Supervisor Administrativo (Noturno)	Luisa Maria Sousa Dias 0025598x
Coordenadora Pedagógico	Luiz Antônio Inácio da Silva - 246.462/4
Coordenadora Pedagógico	Irene Neres Fernandes - 237.314/9
Coordenadora Pedagógico	Laiza Cristina Ribeiro de Sena – 244.760/6
Coordenadora da Educação Integral	Margarete da Silva Dombroski - 223.095x
Coordenador Pedagógico EJA 2º Segmento (Noturno)	Ricardo da Costa e Silva Camilo Alves 223.796/2
Encarregado de Merenda	-----

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A Região Administrativa de Santa Maria é fruto do Programa de Assentamentos Habitacionais do Governo do Distrito Federal que tinha como objetivos erradicar invasões e atender a demanda habitacional das famílias de baixa renda. De acordo com a Pesquisa distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – 2021 (realizada pela Companhia⁴ de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN): A maioria da população é constituída por pessoas do sexo feminino, sendo 52%. Os moradores que se declararam pardos compõem 50,4% da população. Em relação ao estado civil, observa-se a prevalência dos solteiros, 49%. A renda domiciliar média estimada na pesquisa foi da ordem de R \$3.813,90.

O Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos aponta que a Região Administrativa de Santa Maria apresenta uma disparidade: de um lado, a região com o menor índice de vulnerabilidade considerando a média de 51% do Distrito Federal, Santa Maria - Santos Dumont (23%) e do outro Santa Maria - Quadras acima de 10 (54,1%). Tal realidade certamente afeta o interior da escola, bem como, seus resultados, uma vez que não é possível dissociá-la de seu contexto. Além do que, as dificuldades dos pais/ responsáveis em auxiliar e acompanhar os filhos na vida escolar torna-se compreensível se considerarmos os dados apresentados pela PDAD – 2021.

Da população total de Santa Maria (aproximadamente 130.970 habitantes), o percentual daqueles que, com 25 anos ou mais, declararam ter o ensino médio completo compreende apenas 31,1% e 21,9% possuem o nível superior completo. Conforme a pesquisa, em Santa Maria, 98% dos domicílios ocupados têm internet e 51,8% têm assinatura de serviços on-line. A inovação tecnológica está cada vez mais presente na forma como as pessoas se comunicam, realizam seus estudos, se divertem e se atualizam. A aquisição de equipamentos também vem se ampliando de forma acelerada: 46,1% contam com Notebook/Laptop e 20,9%, com microcomputador. Entretanto, este acesso à informação não resultou em melhoria

⁴A última pesquisa realizada para a Região Administrativa de Santa Maria, conforme dados obtidos do site da CODEPLAN/DF, datada em julho de 2022 (dados de 2021) (https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Santa_Maria.pdf, acessado em 28 de maio de 2023)

nos resultados qualitativos observados nas avaliações institucionais, uma vez que o acesso à internet visa ao lazer e não à instrução no geral.

Sondagens realizadas nos anos de 2021 e de 2022 apontaram que, durante o período de pandemia, as desordens de origem socioeconômica e o ensino remoto geraram impactos negativos no desempenho escolar e no desenvolvimento psicossocial dos alunos atendidos pelo CEF 201. Isso porque o perfil socioeconômico dos estudantes e as atividades não-presenciais agravaram as fragilidades já existentes, como: desestrutura familiar; baixa renda; baixa autoestima; debilidade na saúde em virtude de má alimentação; dificuldade de higienização; violência domiciliar; familiares presos; ausência de registro de paternidade; ausência afetiva dos pais; comportamento auto lesivo e de autoextermínio; agressividade; dificuldade nos relacionamentos interpessoais.

Essas sondagens foram feitas por meio da percepção diária dos professores, da OE e de outros segmentos. Desse modo, não há uma formalização para levantamento desses dados, mas sempre são desenvolvidas sondagens e mobilizações para dar andamento adequado às questões sociais relacionadas à vida e ao desempenho escolar dos nossos estudantes. Já que essas problemáticas impactam diretamente o rendimento dos alunos e aumentam gradativamente as dificuldades de aprendizagem.

Também é possível afirmar que situações multifatoriais, entre elas a situação socioeconômica do aluno, o contexto pós-pandêmico e todos os seus desdobramentos, entre outros fatores, contribui para o aumento do atraso escolar por ocasionar baixo rendimento e dificuldade de aprendizagem e o próprio abandono. Atualmente, de acordo com o censo realizado neste ano, esta instituição possui 25 estudantes em incompatibilidade idade/ano e, por isso, fora da faixa-etária esperada, conforme demonstra o quadro abaixo:

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS COM INCOMPATIBILIDADE IDADE/ANO
6º	12
7º	07
8º	06
TOTAL:	25 ALUNOS ATUALMENTE

No ano de 2023, além das fragilidades já decorrentes do período pandêmico, há, ainda, o aumento da infrequência e, conseqüentemente, maior prejuízo das aprendizagens dos estudantes devido aos diversos casos de ameaças de ataques violentos nas escolas do Distrito Federal, o que gera medo e insegurança entre os alunos e seus familiares.

Nesse viés, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica surge para solucionar o problema da incompatibilidade, sendo um importante condutor dos trabalhos pedagógicos da Unidade, e parte do trabalho pedagógico está direcionado para ações que reflitam melhoria nas avaliações de larga escala e no desempenho escolar dos alunos. No ano de 2019, a instituição se mobilizou pedagogicamente para preparar os alunos dos 9º anos para a realização dessas avaliações, resultando no crescimento do Ideb, de 4.2 em 2017 para 4.7 em 2019. No sentido de alcançar melhores marcas no Saeb, a escola desenvolve outros projetos com ênfase na leitura e na resolução de problemas matemáticos.

Ademais, considerando que, no ano de 2023, o Diagnóstico Inicial da rede de ensino do Distrito Federal ainda não foi realizado, para recuperar as aprendizagens não alcançadas no período de pandemia, para superar as conseqüências do aumento do índice de violência e visando atingir as metas estabelecidas pelo Ideb, esta unidade escolar utilizará os resultados da avaliação “Diagnóstico Inicial 2022” como indicador diagnóstico das aprendizagens consolidadas pelos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos 6º, 7º, 8º e 9º anos. Essa mesma avaliação diagnóstica nos mostrou quais são as fragilidades apresentadas pelos estudantes dessa instituição que precisam ser superadas, para consolidar as aprendizagens necessárias em Língua Portuguesa e Matemática.

Por meio desses resultados, foram identificadas as dificuldades específicas de cada aluno na assimilação do conteúdo, a fim de conhecer a realidade de cada turma e analisar o grau de domínio dos estudantes sobre as competências e habilidades avaliadas. Evidenciou-se, portanto, que uma grande quantidade de alunos possui mais fragilidades em Matemática, principalmente no 9º ano, já que o índice de acertos ficou abaixo de 50% na maioria dos descritores. Enquanto, em Língua Portuguesa, os alunos que tiveram rendimento bem abaixo do esperado encontram-se no 6º e 7º anos.

A partir desses resultados, houve a reorganização do trabalho pedagógico realizado pelos professores e a elaboração de estratégias mais específicas para solucionar os efeitos negativos do ensino remoto e do atraso escolar.

4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

O CEF 201 está localizado em uma região onde se nota uma forte presença de fatores que conduzem à vulnerabilidade social, como altos índices de violência, uso e tráfico de drogas, desemprego e forte desigualdade socioeconômica. No âmbito escolar, percebe-se um considerável índice de abandono escolar, sobretudo na EJA, na qual os estudantes frequentemente se veem obrigados a largar os estudos em razão do emprego ou porque a escola se localiza nesta área crítica que, por vezes, os impede de prosseguir com sucesso nos estudos.

Além das velhas questões socioeconômicas, este novo ano letivo trouxe outros desafios que afastaram os alunos da escola. Em razão dos recentes ataques e ameaças a escolas de todo o país, muitas famílias se sentem inseguras em mandar os seus filhos para a escola, ocasionando o aumento da falta desses estudantes e isso implica diretamente no rendimento escolar destes, pois faz com que eles percam muitas aulas e fiquem atrasados em relação aos conteúdos.

Nesse sentido, em um contexto pós-pandêmico e de extrema violência, possibilitar meios que permitam que os estudantes permaneçam na escola e participem das atividades escolares é um dos nossos maiores desafios. Acreditando no importante papel social que cabe à escola desempenhar, procuramos garantir o acesso dos estudantes às aprendizagens e constantemente, sempre que necessário, fazemos a busca ativa de alunos em situação de infrequência, baixa frequência ou abandono escolar.

Importa ainda, em nosso atual cenário, interconectar os diversos saberes e vivências que o estudante traz da sua realidade para o espaço escolar, a fim de que se estabeleça uma ponte com os diferentes saberes construídos e sistematizados ao longo da história e que estão em construção cotidianamente. Nesta ação, procura-se fazer com que o estudante se perceba enquanto sujeito social e desperte para diversas possibilidades que uma educação crítica e reflexiva possa nele despertar.

Em sendo espaço de convivência, formação e fortalecimento de práticas sociais, a escola influencia e ajuda na promoção da reestruturação de ideias, ações e manutenção de boas práticas sociais. Assim o CEF 201 tem como função social educar para o exercício consciente da cidadania, assim como para o protagonismo dos estudantes, a partir do desenvolvimento de atividades que proporcionem o conhecimento científico, bem como de situações que promovam e incentivem a formação integral dos indivíduos, valorizando o senso crítico, o respeito às diferenças e ao meio ambiente, a democratização da cultura e reconhecimento dos direitos e deveres.

Ademais, ao considerar o contexto de fragilidade no qual os estudantes do CEF 201 estão inseridos, temos como função, primordial, promover aos educandos o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade e o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre as próprias atitudes e as dos outros, conhecendo suas limitações e possibilidades de transformação, a fim de formar cidadãos conscientes de seus papéis sociais e autônomos, estimulando a participação ativa destes na sociedade.

5. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Com uma visão de escola como espaço de transformação e com o fim de ser reconhecida como instituição de referência em educação que favorece e concretiza o processo de formação do indivíduo a partir de um ensino pautado na ética, qualidade e responsabilidade, em uma sociedade que convive com as diferenças e as constantes transformações, o CEF 201 tem como missão:

Contribuir, mediar e promover uma educação de qualidade para todos os estudantes, com foco na formação de cidadãos críticos capazes de refletir, entender e utilizar o conhecimento na construção e transformação pessoal e do meio em que está inserido, oferecendo ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar e propiciando condições para uma aprendizagem significativa, atual e eficaz, visando à formação integral dos estudantes, com responsabilidade, dignidade e autonomia.

6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O documento ora apresentado, visa englobar o conjunto de atividades vivenciadas pelo aluno, durante o período de sua formação, e pressupõe a adoção dos seguintes princípios centrais sob a perspectiva do Currículo Integrado:

- **Princípio da Interdisciplinaridade/Transversalidade e da Contextualização:** são também primordiais para a efetivação do currículo. A interdisciplinaridade favorece a abordagem de um mesmo tema em diferentes disciplinas e, a partir da compreensão das partes que ligam as diferentes áreas do conhecimento, ultrapassa a fragmentação do conhecimento e do pensamento. A contextualização dá sentido social e político a conceitos próprios dos conhecimentos e dos procedimentos didático pedagógicos, propiciando relação entre dimensões do processo didático (ensinar, aprender, pesquisar e avaliar). O professor que integra e contextualiza os conhecimentos de forma contínua e integradora contribui para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conceitos, ações importantes para o estudante em contato real com os espaços sociais, profissionais e acadêmicos em que irá intervir.
- **Princípio da Flexibilização:** é fundamental que se tenha uma seleção e organização dos conteúdos, e o currículo é que define essa base comum, no entanto, deve garantir certa flexibilidade para que as escolas, considerando seus projetos político-pedagógicos e as especificidades locais e regionais, completem o trabalho com outros conhecimentos igualmente relevantes para a formação intelectual dos estudantes, sem suprimir os conhecimentos norteadores fundamentais que estabelecem requisitos essenciais para o prosseguimento dos estudos.
- **Princípio da Educação Inclusiva:** todas as atividades pedagógicas desta Proposta são pensadas de forma a favorecer todos os alunos com alguma necessidade especial ou que em algum momento de sua vida escolar passe por alguma dificuldade. “A Educação Inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns,

em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.”

6.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Princípios da Educação Integral: a educação integral, como um dos princípios das escolas públicas do Distrito Federal, depende, para sua organização e execução, de um esforço dos vários atores no processo de ensino aprendizagem. Assim, é importante observar dois importantes princípios desse tipo de educação, são eles:

- **Integralidade:** entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais.
- **Diálogo Escola e Comunidade e Trabalho em Rede:** como consta no início desse documento, todo planejamento da proposta pedagógica desta UE é efetivado com a participação, o debate e o diálogo entre escola e comunidade e em um ambiente totalmente favorável ao diálogo e à partilha de experiências. Diante disso, vale ressaltar que:

“Na Educação Integral, é necessária a transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida. Assim, o projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: Pressupostos Teóricos)

Logo, frente às fragilidades do cenário atual e visando avançar no diálogo com a comunidade, essa unidade de ensino sempre propõe a construção de uma proposta pautada no diálogo e na integralidade, propiciando a interação entre os diferentes grupos sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

7. OBJETIVOS

7.1 Objetivo geral: garantir o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando-o a tornar-se um cidadão, participativo na sociedade em que vive.

7.2 Objetivos específicos: corroborar em abordagens que melhorem as vivências, os relacionamentos e as habilidades sociais; promover as aprendizagens por meio da implementação das Diretrizes Curriculares Educacionais para os Anos Finais, levando em consideração que, para alcançar essas metas, é necessário:

- Implementar as Diretrizes Curriculares Educacionais para os Anos Finais;
- Adotar o replanejamento curricular para ajudar na retomada de conteúdos;
- Desenvolver ações/projetos para diminuir os prejuízos na alfabetização e advindos de dois anos de pandemia;
- Trabalhar questões relacionadas às habilidades sociais (tolerância, disciplina, valores éticos e morais etc.);
- Elevar os índices de aprovação sem dependência;
- Melhorar os índices nos instrumentos avaliativos de larga escala;
- Ajudar a diminuir problemas da defasagem série/idade e reprovação;
- Integrar a família à escola.
- Proporcionar atividades lúdicas e recreativas de forma que o ambiente escolar seja prazeroso para o aluno.

8. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

As práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no interior dessa escola, para que os objetivos educacionais sejam alcançados e esta instituição efetiva e eficientemente sirva à sua função social, precisam ser fundamentadas em uma concepção teórica que alcance as demandas do processo ensino-aprendizagem atual. Concordamos com SANTOS e GOULART (2008):

“Parte-se do pressuposto de que a escola como núcleo de aprendizagens, segregada do todo social e separada da vida, representa hoje uma ideia ultrapassada e insuficiente para as demandas que lhe cabem. Reconhecesse que esse não é um desafio novo, pois perpassa muitas das discussões teórico-práticas que buscam engendrar um “novo lugar possível” para essa escola que, já há algumas décadas, tem o desafio da inclusão social e de tornar-se, assim, uma escola “efetivamente para todos”.

Essa escola de periferia, cuja maioria da clientela é atendida por programas sociais, conhece essa realidade descrita por Chrispino (2016) “Temos defendido que a massificação da educação se, por um lado, garantiu o acesso dos alunos à escola, por outro, expôs a escola a um contingente de alunos cujo perfil ela – a escola – não estava preparada para absorver.” Tais programas financiam o acesso e a permanência dos educandos com vistas à inclusão social e, conseqüentemente, promovem a massificação. E continua:

Antes, em passado remoto, a escola era procurada por um tipo padrão de aluno, com expectativas padrões, com passados semelhantes, com sonhos e limites aproximados. Os grupos eram formados por estudantes de perfis muito próximos. Com a massificação, trouxemos para o mesmo espaço alunos com diferentes vivências, com diferentes expectativas, com diferentes sonhos, com diferentes valores, com diferentes culturas e com diferentes hábitos [...], mas a escola permaneceu a mesma!

Freinet descreve esta mudança geracional desafiadora:

Há pouco tempo, a vida era igual aos grupos de camponeses que iam à missa aos domingos no vilarejo vizinho: todos juntos, pais, mães, avós, vizinhos e amigos, também às crianças, e às vezes até o cão, que não queria voltar para casa, e o gato que os acompanhava de muro em muro, até as últimas casas do lugarejo.[...] a criança herdava naturalmente o conhecimento, as reflexões e o bom senso das gerações que caminhavam assim, perto dela, tutelares. [...] as condições do meio mudaram radicalmente: o grupo complexo e coerente desagregou-se [...] vemos as crianças a trotar sozinhas, em desordem, inquietas e desorientadas, pelo caminho onde nada mais as guia ou as encoraja. [...] As crianças só serão salvas se a escola souber e puder reagrupa-las e, utilizando métodos adaptados à dinâmica contemporânea, fazê-las unir-se aos velhos sábios e lentos, aos pais atarefados e aos jovens embriagados pela velocidade. E essa conjunção, difícil, porém necessária, que a escola atual deve realizar (1998, p. 27).

Considerando esta dinâmica que a contemporaneidade impõe: a adaptação e contextualização de suas ações pedagógicas, os pressupostos e concepções adotados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural) no Currículo em Movimento da

Educação Básica da SEEDF (Anos Finais do Ensino Fundamental), bem como, nas Diretrizes de Avaliação Educacional corroboram com a perspectiva que temos:

A organização curricular deve proporcionar a discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando-a a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da proposta pedagógica; uma educação para além da escola, que busque ensinar na perspectiva de instigar, provocar, seduzir o outro para o desejo de aprender, por meio de relações que possam ser estabelecidas entre conteúdos e a realidade dos estudantes. (2014, p.15)

O processo avaliativo, neste contexto, é ressignificado, uma vez que, sua intenção final não é medir as aprendizagens, mas promovê-las. A ideia central é que as intervenções sejam feitas para a garantia das aprendizagens. Neste aspecto, não é o instrumento que determina o aspecto formativo da avaliação e sim a intencionalidade de quem educa. Porém, a avaliação formativa não diz respeito apenas a um ente do processo, mas a atuação de todos os seus atores.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Matriz Curricular do Centro de Ensino Fundamental 201 de Santa Maria está de acordo com o determinado pela Subsecretaria de Educação Pública - SUBEB. O ano letivo do Ensino Fundamental, turno diurno, da Unidade Escolar é organizado por bimestre (um total de quatro) e a escola utiliza os Ciclos para organização dos trabalhos pedagógicos, em que 6º e 7º anos estão no primeiro bloco e 8º e 9º no segundo bloco.

MODALIDADE	CALENDÁRIO	DIAS LETIVOS	CARGA HORÁRIA
DIURNO	ANUAL	200	
NOTURNO	SEMESTRAL	100	400h

A palavra currículo nos remete à percurso, caminho percorrido e caminho a percorrer, o que faz do Currículo em Movimento um documento totalmente flexível para que, sempre que necessário, seja possível repensar a prática pedagógica. Assim, foi preciso reorganizar o currículo e adequá-lo à realidade dos estudantes

para enfrentar as dificuldades causadas pelo período de pós-pandemia. Desse modo, os objetivos de aprendizagem foram reorganizados e as estratégias de recomposição das aprendizagens foram repensadas no momento de planejamento pedagógico coletivo.

Com isso, adotou-se um replanejamento curricular centrado na retomada de conteúdos fundamentais de cada disciplina/ano, visando a recomposição das aprendizagens que vem sendo desenvolvida na Parte Diversificada (PD) das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, no Projeto de Educação em Tempo Integral e nos Projetos Educacionais Interventivos. Isso tudo com o intuito de alcançar os objetivos subsunçores importantes para a aprendizagem significativa, de forma a otimizar o processo de recuperação das habilidades essenciais.

Outro aspecto importante para a organização curricular são os eixos integradores do currículo que são os eixos transversais: educação para a diversidade, educação para a sustentabilidade e educação em e para os direitos humanos. Esses eixos devem ser abordados e (re)abordados com frequência, trazendo-se, sempre que possível, para os dias atuais, uma vez que eles objetivam o desenvolvimento global do aluno, bem como o direcionam ao respeito, à diversidade, à democracia, à valorização da vida, do sujeito, do meio ambiente e da promoção da paz.

COMPONENTE CURRICULAR	ANOS FINAIS (REGULAR)	EJA (1º SEGMENTO)	EJA (2º SEGMENTO)
Língua Portuguesa	X	X	X
Matemática	X	X	X
Ciências Naturais	X	X	X
Geografia	X	X	X
História	X	X	X
Arte	X	X	X
Língua Inglesa	X	-	X
Ed. Física	X	-	X
Ensino Religioso	-	-	-
Parte Diversificada I - LP Parte Diversificada II - MAT Parte Diversificada III - CN	X	-	-

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Atualmente, a instituição atende, aproximadamente, 1421 estudantes nos turnos matutino, vespertino e noturno. Nos turnos matutino e vespertino, contamos com 30 turmas de Anos Finais (regular), enquanto, no turno noturno, contamos com 6 turmas presenciais no total, sendo divididas em: 2 turmas multisseriadas do 1º segmento EJA e 4 turmas por etapas do 2º segmento EJA, conforme demonstrado no quadro abaixo:

TURNO	HORÁRIO	TURMAS	ETAPA MODALIDADE DE ENSINO
MATUTINO	07:30 às 12:30	8º e 9º Anos	Anos Finais (Regular ou Inclusiva)
VESPERTINO	13:00 às 18:00	6º, 7º e 8º Anos	Anos Finais (Regular ou Inclusiva)
NOTURNO	19:00 às 23:00	1º segmento EJA 1ª/2ª etapa / 3ª/4ª etapa 2º segmento EJA 5ª etapa / 6ª etapa 7ª etapa / 8ª etapa	Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos EJA

É importante ressaltar que as turmas multietapas são aquelas que reúnem, em uma mesma sala de aula, estudantes de etapas diferentes. Elas podem agrupar turmas de 1ª e 2ª etapas ou de 3ª e 4ª etapas do 1º segmento e o funcionamento dessas turmas justifica-se nos casos em que o quantitativo de estudantes não corresponde ao estabelecido na Estratégia de Matrícula da SEEDF.

Além das atividades regulares já mencionadas, o CEF 201, também, oferece atendimento e atividades na Educação Integral. O Projeto Educação Integral já está acontecendo, ele atende alunos tanto do turno matutino, quanto do turno vespertino.

Como não dispomos de espaço físico adequado para um amplo atendimento dos nossos estudantes no programa, fez-se necessário estabelecer critérios para a seleção daqueles que participariam das atividades, além disso, tivemos que proceder, junto a Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria, à redução no quantitativo de estudantes que seriam atendidos. No ano de 2016, a Equipe Gestora da época solicitou a ampliação do programa para que fossem atendidos 450

estudantes, tal solicitação fora aprovada através do Portal PDDE, do Ministério da Educação, mas tão logo nos deparamos com o problema da falta de espaço físico adequado para que pudéssemos prestar um atendimento de qualidade e dentro dos critérios estabelecidos para o funcionamento do programa, submetemos o fato à comunidade escolar (docentes, pais e estudantes) e procedemos à redução no quantitativo de alunos do programa para que pudéssemos oferecê-lo com qualidade. A documentação referente à redução foi encaminhada à CRE de Santa Maria no início do presente ano letivo que a referendou, bem como à Gerência de Educação Integral.

Uma vez reduzido o quantitativo de atendimentos, os docentes e a equipe gestora reuniram-se para definir os critérios de participação dos estudantes no programa, que ficou definido em priorizar os estudantes que: 1) apresentassem dificuldades de aprendizagem que pudessem ser sanadas com as aulas de complementação nos estudos, tais dificuldades foram constatadas em Avaliação Diagnóstica aplicada pelos docentes no 1º bimestre letivo deste ano de 2023; e 2) se encontram em situação de vulnerabilidade social. A respeito deste último critério, há que se considerar que o CEF 201 está inserido em uma comunidade que apresenta grandes desigualdades sociais e de renda e que convive com a delinquência e a falta de lazer, esporte e atividades culturais para os estudantes. Certamente exige uma ação articulada no sentido de garantir a implementação de políticas públicas e sociais mais justas e solidárias. Percebemos, na Educação Integral, uma forte vocação social: atende-se, nesta instituição, uma quantidade considerável de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social, felizmente alguns desses casos conseguem ser minimizados pela inserção dos estudantes no projeto.

Tão logo a equipe de docentes e gestores definiram os critérios e executaram a avaliação diagnóstica, procedeu-se à convocação dos responsáveis pelos estudantes que foram indicados para que assinassem o termo de matrícula de seus filhos no programa. E em seguida iniciaram-se as atividades que hoje contam com uma equipe de 3 professores e 2 Educadores Sociais Voluntários, que participaram de processo seletivo na Coordenação Regional de Ensino e foram, após classificação, encaminhados para o início do programa de acompanhamento dos estudantes nas atividades da Educação Integral.

A organização do trabalho pedagógico tem sido feita no âmbito da escola com participação da comunidade escolar. As coordenações pedagógicas, as reuniões do conselho escolar e as reuniões de pais são importantes momentos de proposição e avaliação da organização pedagógica.

A busca pela garantia das aprendizagens ocorre por meio da gestão democrática, da formação continuada dos profissionais da educação, da organização distinta dos espaços e tempos escolares, do fortalecimento da coordenação pedagógica e da articulação dos três níveis de avaliação formativa: aprendizagem, institucional e em larga escala

O trabalho integrado possibilita a interdisciplinaridade, dinâmica que vem entremeando os fazeres pedagógicos, garantindo a concretização do desenvolvimento da Proposta Pedagógica da escola e dos subprojetos constantes em seu Plano de Ação.

As coordenações coletivas são importantes momentos de estudo, planejamento e avaliação dos fazeres pedagógicos da escola, além da formação continuada do professor. Momento este em que se integram todos os agentes envolvidos no trabalho pedagógico: gestores, professores, Orientação Educacional e Sala de Recursos, garantindo assim, que os processos educativos sejam eficazes e promovam a inclusão. Além disso, são apresentados aos professores os cursos promovidos pela EAPE e a possibilidade de realização todos os semestres.

A convivência com perfis de alunos diferentes e as novas tendências na educação geram a necessidade de aprimoramento constante para os profissionais de ensino. Os professores podem buscar apoio nas novas tecnologias na educação, participar de eventos pedagógicos, conhecer professores que estão inovando, participar de eventos, etc.

Além disso, a cada bimestre nas coordenações coletivas ou por área, de acordo com as necessidades e apontamentos dos professores, projetos, temas e possibilidades são discutidas e, sempre que necessário, profissionais da escola e/ou especialistas da educação são convidados para debater sobre assuntos diversos e/ou pré-estabelecidos.

10.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Em 2023, o CEF 201 continua oferecendo aos seus estudantes a modalidade de Educação Integral de 9 horas parciais diárias no intuito de ampliar progressivamente as atividades da parte flexível do currículo no turno contrário ao da BNCC, oportunizando, portanto, uma formação integral aos estudantes. Com isso, atendemos um total de 180 alunos, divididos em dois turnos, matutino e vespertino. Para a oferta dessa modalidade, dispomos de um coordenador pedagógico para o Projeto Educação em Tempo Integral e de dois professores por turno de atendimento.

A organização da Educação em Tempo Integral atende estudantes nos turnos matutino e vespertino, da seguinte forma:

ATENDIMENTO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - 2023

TURNO	HORÁRIO	TURMAS	ETAPA MODALIDADE DE ENSINO
MATUTINO	07:30 às 16:30	8º e 9º Anos	Educação em Tempo Integral
VESPERTINO	09:00 às 18:00	6º, 7º e 8º Anos	Educação em Tempo Integral

Ademais, é importante destacar que, de acordo com o objetivo específico 1.3.2 do Plano Distrital de Educação (PDE), lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, essa modalidade de ensino visa “promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, esportivas e de lazer, com vista à aprendizagem significativa, que favoreça a formação integral do estudante”.

Desse modo, favorecemos aos estudantes atendidos pelo projeto a oportunidade de superarem as dificuldades de aprendizagem, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares. Com isso, ocorre a amplitude das oportunidades educacionais, tendo em vista que a educação integral tem como pressupostos a reconstrução e ressignificação curricular, objetivos importantes diante das fragilidades agravadas pelo período pandêmico vivido nos últimos anos.

10.2 EJA, Educação de Jovens e Adultos

No período noturno, é oferecido EJA de todas as etapas do Ensino Fundamental, na modalidade presencial e gratuito. Considerando a idade mínima para cursar conforme previsto na LDB.

- I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

O CEF 201 atende a um público-alvo bastante peculiar: são jovens e adultos estudantes, a maioria deles trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada, por motivos variados, (desde o abandono da escola, por causa do trabalho, antes de terminar a Educação Básica ou porque não tinha escola na região onde morava ou mesmo por ser considerado fora da faixa etária para estudo em classes regulares do período diurno) podem procurar as instituições de ensino para completar seus estudos em EJA –Educação de Jovens e Adultos. Desde os que não sabem ler e escrever que querem ser alfabetizados e os que já possuem essas habilidades, mas desejam adquirir o diploma/certificado e outros saberes para se sentirem mais cidadãos e participativos.

A luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, A educação de jovens e adultos será assegurada gratuitamente e destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. As ofertas de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Considerando que o § 3º do art. 37º da LDB trata da articulação com educação profissional, o CEF 201 teve entre 2017 e 2018 o vínculo junto ao PRONATEC para oferta de cursos técnicos. No entanto, os horários do curso ocorriam no mesmo horário de aula em alguns dias da semana, onde apenas os alunos selecionados do projeto eram direcionados para salas específicas destinadas aos cursos técnicos. Esses alunos precisam realizar atividades de compensação durante as ausências

nas disciplinas comuns das suas respectivas etapas. Outro fator complicador foi a dificuldade de coordenação pedagógica entre os professores da escola com os professores do Pronatec (esses profissionais eram selecionados externamente por um edital do programa). Devidos essas situações apresentadas a escola não renovou com o Pronatec. Atualmente a expectativa é de uma futura parceria entre o CEF 201 com a nova Escola Técnica construída em Santa Maria para oferta de cursos profissionalizantes.

Portanto o conceito é voltado para as características e especificidades dos sujeitos aos quais ela se destina. “São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas”. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais.

São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que quando retornam à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem.

10.3 OE - Orientação Educacional

A Orientação Educacional do CEF 201, conta, atualmente, com duas Orientadoras Educacionais, ambas responsáveis pelo DIURNO (**Maria José Vieira**

Palmeira de Lima e Márcia Barbosa R. Fernandes). Destacamos que o número de Orientadores Educacionais é insuficiente para atender toda a demanda desta Unidade Escolar, especialmente, num retorno com tantos problemas socioemocionais por quais alunos e comunidade passam.

O Plano da Orientação Educacional, que estará no item “13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS” (pg. 38), busca intervir de forma significativa na realidade escolar, oportunizando aos estudantes uma contínua reflexão sobre suas condutas e valores que servirão para nortear sua trajetória escolar e, principalmente, redefinir o contexto em que está inserido. Assim, a OE procura criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes, atentando para as especificidades de cada um, de modo a garantir a qualidade do atendimento. Além de também ajudar em todas as dinâmicas escolares e, inclusive, no desenvolvimento do planejamento pedagógico.

Outra das principais metas deste serviço é fortalecer, em articulação com os demais órgãos da rede de proteção social, o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças e dos adolescentes matriculados no ensino fundamental, priorizando as populações em situação de risco ou vulnerabilidade.

Dentre essas, fundamentais metas, podemos elencar ainda as seguintes: Promoção da identidade da Orientação Educacional; Intervenção e Acompanhamento; Integração família-escola; e Rede de proteção social. O alcance dessas metas é realizado a partir do trabalho articulado entre os diversos atores que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem escolar.

10.4 AEE, Atendimento Educacional Especializado /Sala de Recursos Generalista

A Sala de Recursos do CEF 201 realiza atendimentos de natureza inclusiva aos estudantes com deficiência, quais sejam: Deficiência Intelectual; Deficiências Múltiplas; e Deficiência Visual.

Neste ano de 2023, contamos com o professor Cleonildo Soares e com a professora Francinete Sousa para a realização de atividades de acompanhamento pedagógico e atividades que primam pelo desenvolvimento da leitura e do raciocínio lógico, além da socialização destes alunos, bem como para o desenvolvimento do

potencial cognitivo deles. Em conjunto com os professores regentes, realiza-se ainda às adequações curriculares propostas para ANEEs (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais) e desenvolve-se projetos de acordo com as necessidades de cada um dos estudantes, sempre buscando a integração e a inclusão destes nos grupos de alunos, de modo a assegurar os seus direitos dentro do ambiente escolar.

10.5 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A coordenação pedagógica é uma equipe que, juntamente com a gestão e a supervisão, desempenha múltiplas funções e desenvolve diversas ações durante o ano letivo. Dentre as funções e ações, destacamos o suporte aos professores, a organização do trabalho pedagógico, a organização das dinâmicas diárias da Instituição, o fornecimento de feedbacks aos professores, a sondagem e a resolução de problemas de aprendizagem dos estudantes, entre outras coisas. Neste sentido, apontamos alguns objetivos para nortear o trabalho pedagógico no Plano de Ação da Coordenação Pedagógica que estará no item “13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS” (pg. 41).

10.6 APOIO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O Apoio Pedagógico é o grupo ajudador da escola de uma maneira geral. Cabe ao Apoio (formado por professores readaptados) gerenciar todas as demandas de auxílio ao professor, auxílio à gestão e auxílio à coordenação. Além disso, ele contribui para a atualização, organização e conferência da documentação curricular. Cabe a ele elaborar e revisar sequências didáticas, ler e comentar propostas (atividades, provas) produzidas pelos professores, assim como informar o coordenador das demandas da área. Em alguns momentos, é possível que o professor de apoio assuma a coordenação de projetos específicos da escola.

PROFESSORES	APOIO PEDAGÓGICO	CARGO	TURNO
Imelda de Melo Galvão	x	Professora Readaptada	Diurno

Thadia Cristine M. da Silveira	x	Professora Readaptada	Diurno
Priscila da Silva M. de Oliveira	x	Professora Readaptada	Diurno

11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES PRÁTICAS

Esta Proposta Pedagógica busca garantir o desenvolvimento da Avaliação Formativa, em consonância com as Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação, envolvendo as suas dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora e social no processo avaliativo do aluno. Dessa forma, dos 100% da média bimestral, o professor destinará 10% para a avaliação da Redação, 20% para a avaliação Multidisciplinar, 20% para a Avaliação do Percorso Pedagógico e 50% restantes destinados às avaliações de caráter qualitativo (formativo): portfólio, estudo dirigido, seminários, trabalhos, pesquisas, projetos pedagógicos.

Além das avaliações citadas acima, podemos destacar outras que, além de aliadas do professor, são também instrumentos que oportunizam a recuperação das atividades para alunos que não obtiveram sucesso no processo de aprendizagem, como:

- **Avaliação para as aprendizagens:** a partir de uma abordagem formativa, a avaliação escolar visa o acolhimento, a apreciação e a inclusão do estudante no processo de ensino aprendizagem, de forma a avaliar o que se ensina, o que se aprende e a forma como esse processo ocorre, buscando sempre mediar, adaptar, diversificar e melhorar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do estudante. A partir da recomposição das aprendizagens e da busca pelo ensino de qualidade, com foco nas aprendizagens significativas e no aprimoramento pelo desenvolvimento de habilidades e competências, incluindo as socioemocionais, a unidade escolar preza pela avaliação de maneira a contribuir na formação integral do estudante como sujeito de aprendizagem em meio a uma sociedade múltipla e diversa. Logo, os instrumentos avaliativos buscam respeitar as especificidades e

potencialidades dos estudantes, não focando apenas nos objetos de conhecimento, mas sim nos objetivos e nos processos de aprendizagem.

- **Avaliação Institucional:** ferramenta responsável pelo processo de acompanhamento contínuo da realidade escolar, oferecendo subsídio aos gestores em suas decisões referentes à organização e ao gerenciamento das escolas. Essa avaliação propõe-se a retomar e revisar de maneira contínua o Projeto Político-Pedagógico escolar de maneira a promover a revisão e a adaptação às realidades escolares, identificando fragilidades com o fulcro de mitigar e melhorar o trabalho escolar garantindo a qualidade do processo de aprendizagem escolar. O processo avaliativo é baseado na reflexão individual e coletiva das necessidades e ações dos agentes escolares de modo a implementar melhorias a partir da mudança de concepções, paradigmas e práticas escolares. Essa avaliação tem espaço no Conselho de Classe, nas reuniões de pais e nas coordenações pedagógicas, espaços de reflexões e apontamentos, inclusive com a exposição de dados de exames externos e das questões de gestão de pessoas, financeira e administrativa, de forma a mediar e (re)orientar o trabalho pedagógico a ser desenvolvido na instituição.
- **Avanço dos Estudantes de um Período a Outro:** acontece durante o ano letivo, se os resultados das avaliações, das vivências e de estudos de caso, assim indicarem.
- **Projetos Interventivos:** (Citados no item Projetos Específicos do CEF 201).
- **Reagrupamentos de Estudantes:** acontece ao longo do ano letivo, levando em conta suas necessidades de aprendizagens, de modo que possam interagir com diferentes professores e colegas e retomem os conteúdos por meio de oficinas.
- **Conselho de Classe:** acontece ao final de cada bimestre, com o objetivo de analisar, de forma ética, aspectos relevantes à aprendizagem dos estudantes, necessidades individuais, intervenções realizadas, avanços alcançados no processo ensino aprendizagem, além de estratégias pedagógicas adotadas. São feitos relatórios individuais em que se lista cada um dos aspectos citados acima.
- **Avaliação em Larga Escala:** são as avaliações ou projetos da rede que são aplicadas e acompanhadas por nossa Instituição, tais como:

1. SAEB

É um conjunto de avaliações aplicadas a cada dois anos aos alunos do Ensino Básico de escolas públicas e privadas do país com a intenção de realizar um diagnóstico da realidade da educação básica brasileira, assim como de fatores que possam interferir no desempenho dos estudantes. Por meio da média de desempenho do SAEB, obtém-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas nacionais de educação.

Na edição do SAEB – 2021, o CEF 201 apresentou um número de participantes insuficiente para que os resultados fossem divulgados. Observando o perfil da comunidade escolar desta Unidade de Ensino, participativa e comprometida com as atividades escolares de seus estudantes, sugeriu-se que a baixa adesão deu-se em decorrência do contexto de retorno às atividades presenciais pós período remoto (COVID-19).

2. DIAGNÓSTICO INICIAL 2023

Avaliação idealizada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), em cumprimento ao Plano Distrital de Educação, com a finalidade de verificar o desempenho dos estudantes da rede pública de ensino do DF nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática. As provas são elaboradas tendo como base o Currículo em Movimento e auxiliam os professores na implementação de ações pedagógicas mais eficientes, com vistas a superar as fragilidades de aprendizagem dos discentes e, também, oportunizar a realização de intervenções pedagógicas a partir do diagnóstico.

3. OBMEP - 18ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

Projeto nacional realizado nas escolas públicas e privadas, possui o intuito de contribuir para estimular o estudo da Matemática e a promoção

social dos discentes. É realizado pelo IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, e promovido com recursos do Ministério da Educação - MEC e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

No CEF 201, em 2023, os estudantes dos três períodos de aula participaram dessa competição e, a partir dela, foi possível oportunizar a eles a conscientização e o entendimento da importância da matemática e do raciocínio lógico no dia a dia para o desenvolvimento de competências e de habilidades que poderão ser usadas no convívio acadêmico, pessoal e social.

Outrossim, apontam-se outras avaliações específicas da EJA noturno previstas nas DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 2014/2017, esses instrumentos/procedimentos fortalecedores da prática da avaliação formativa também podem ser enriquecidos por outros escolhidos pelas unidades escolares, dentre eles destacam-se:

Avaliações	PERCENTUAL DA NOTA
Teste e Provas	50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular
Avaliação por pares ou colegas	50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular
Portifólio ou EaD webfólio ou portfólio virtual	
Registros reflexivos	
Seminários pesquisas, trabalhos de pequenos grupos	
Autoavaliação	

Para aprovação do estudante na EJA, deve-se considerar os seguintes critérios:

a) Estudante do 1º Segmento: será considerado aprovado quando obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor previsto do total das atividades avaliativas realizadas e no mínimo de 75% de frequência no total da carga horária semestral.

b) Estudantes do 2º Segmentos: serão considerados aprovados os que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor previsto do total das

atividades avaliativas realizadas e no mínimo de 75% de frequência por componente curricular.

O Acompanhamento da Frequência dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos em Curso Presencial. Considerando ainda o parágrafo único do Art. 33 da Resolução nº 1/2012 - CEDF Art. 33, in verbis:

Os cursos de educação de jovens e adultos - EJA a que se refere o caput devem adotar currículos flexíveis e diferenciados, formas de avaliação e de frequência adequadas à realidade dos jovens e adultos e garantir matrícula em qualquer época do ano, assegurando o direito de todos à educação. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 10).

Diante disso, a EJA do CEF 201 permite a ampliação das justificativas de ausências concedidas por atestado médico ou licença maternidade, tendo em vista a inclusão social plena dos jovens, adultos e idosos, a partir do direito à educação, sua dinâmica de vida e a realidade da sociedade moderna. Portanto, questões de trabalho, saúde, familiares, sociais, jurídicas, econômicas e de fenômenos da natureza devem ser reconhecidas como justificativas de ausência temporária dos estudantes, mediante a formalização do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) e posterior cumprimentos de atividades compensatórias domiciliares, mediante ao preenchimento de requerimento junto a coordenação/direção, além da entrega de documentação comprobatória.

12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

12.1 RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

Quanto à estrutura física, a instituição é constituída de 5 blocos. No primeiro bloco, encontram-se: cantina, banheiro para alunos (masculino e feminino), Secretaria, uma sala destinada aos alunos da Educação em Tempo Integral, sala de reprografia e sala para servidores. No segundo bloco, é possível encontrar a Diretoria, sala de atendimento administrativo, sala de atendimento aos alunos com deficiência, sala dos professores, banheiros dos servidores (masculino e feminino) e uma sala para o atendimento de Orientação Educacional. No terceiro bloco, é

possível encontrar cinco amplas salas de aula, bem arejadas com ventiladores e corredor. No quarto bloco, é possível encontrar a Biblioteca, a sala da coordenação e mais 5 salas de aulas bem arejadas com ventiladores e corredor. No quinto bloco, pode-se localizar uma sala destinada ao laboratório de informática, um miniauditório para 60 pessoas e mais 5 salas de aulas bem arejadas com ventiladores e corredor. Na frente da escola há um estacionamento interno e externo. Além de uma guarita, a escola tem ainda, na parte de trás, uma quadra poliesportiva e um espaço no hall para realização de eventos.

É uma escola conservada, limpa e bem cuidada. As carteiras estão em bom estado de conservação. As janelas são amplas. Há também uma copiadora (Xerox), máquinas elétricas e computadores. Há três projetores multimídia e dois telões. Além dos materiais permanentes citados, a escola conta com contribuições comunitárias, com recursos adquiridos em eventos, com as verbas do PDE, PDAF e com algumas parcerias.

12.2 GESTÃO DE MATERIAL E FINANCEIRA

A escola conta com bons materiais didáticos. A biblioteca conta, aproximadamente, com sete mil exemplares, entre livros didáticos, dicionários e literários em prosa e verso. A escola passa por reformas de reparo permanente, é bem cuidada e tem ambientes bonitos e confortáveis. A Unidade conta com espaços verdes que podem ser utilizados recreativa e pedagogicamente. Das 15 salas, 12 são equipadas com data show e a escola dispõe de outros recursos tecnológicos para serem utilizados nas aulas (data show móvel, caixas de som, TVs, microfones etc.). A Unidade possui laboratório de informática, no entanto ele não é utilizado devido ao seu estado ruim e ao elevado tempo de uso dos computadores.

12.3 GESTÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO DE PESSOAS

A gestão pedagógica do CEF 201 é formada pela gestão (diretor e vice), por um supervisor pedagógico, por quatro coordenadores pedagógicos e um coordenador do Projeto Educação Integral, tendo como objetivo:

Conduzir o trabalho pedagógico; elaborar o PPP, bem como ajustá-lo sempre que necessário para atender as demandas da escola, dos alunos e da comunidade escolar; garantir que os objetivos das aprendizagens estejam sendo cumpridos; incentivar e apoiar a implantação de projetos e iniciativas inovadoras; garantir e coordenar a retomada dos conteúdos; manter o contato diário com os professores a fim de informá-los de todas as questões e apoiá-los nas ações pedagógicas diárias ou emergenciais; avaliar as metas alcançadas, entre outras.

Para isso, as coordenações coletivas e por área e os dias letivos temáticos são alguns dos momentos a serem utilizados para esse momento de criação e de reavaliação dos processos.

É, ainda, de competência da gestão pedagógica: gerenciar atividades diárias e identificar as necessidades da Instituição; conduzir as tomadas de decisões com relação às novas propostas pedagógicas; gerenciar e articular o trabalho de professores, coordenadores, orientadores e funcionários; manter a comunicação com todos os segmentos quando necessário e, inclusive, com a comunidade escolar; promover a formação continuada de professores que tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores.

Diante desses objetivos e competências, vê-se que:

“A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas.” (FERREIRA, 2009, p. 23).

Sendo assim, a gestão pedagógica atua em todos os espaços da unidade escolar, promovendo a participação de todos os setores da escola, oferecendo um espaço organizado e eficiente, com o objetivo de garantir o pleno aprendizado dos estudantes.

12.4 GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

A gestão dos resultados educacionais se dará pela avaliação e reavaliação do trabalho pedagógico, pela avaliação diagnóstica continuada, pela avaliação diagnóstica inicial da Rede, pela autoavaliação dos trabalhos (há momentos específicos para essa autoavaliação) e por outras formas de sondagem. Nesse sentido, é verificado se existe bom desenvolvimento, tanto relacionado ao conhecimento curricular, quanto ao melhoramento das habilidades sociais. Para essa Gestão de Resultados a Instituição busca:

- Sanar suas dificuldades de aprendizagem através da retomada dos conteúdos e de recuperações paralelas;
- Trabalhar as dificuldades por meio do Reagrupamento Intra ou Interclasse;
- Encaminhar as questões devidas à sala de recursos ou à O.E.;
- Estimular os alunos através de projetos pedagógicos, como: a Escola em Tempo Integral, Oficinas, Intervenções Disciplinares, Atendimento e Formação para as famílias entre outras ações.

12.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

De acordo com a escritora **Helen Dayane Missias Marques**, “a gestão democrática é o processo político onde as pessoas que atuam na escola identificam problemas, planejam, discutem e avaliam as ações que visam o desenvolvimento da escola.” (2017, p. 32).

A gestão democrática e participativa é uma marca profunda no CEF 201, pois toda construção do processo de aprendizagem, da gestão de recursos financeiros e

da gestão pedagógica se estabelece a partir da participação democrática da comunidade escolar, com isso a Instituição consegue, entre outras coisas:

- Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar através de encontros periódicos com professores e equipe pedagógica;
- Assegurar a participação da comunidade escolar na prestação de contas;
- Organizar o Conselho Escolar ou Comissões promovendo a participação do educando e da comunidade;
- Organizar os Conselhos de Classe nos finais de bimestres, diagnosticando os pontos positivos e negativos dos processos, buscando soluções dentro da proposta pedagógica;
- Socializar com a equipe pedagógica, funcionários e professores todas as informações importantes necessárias;
- Inspirar, aconselhar e compartilhar ideias e decisões com a comunidade escolar.

13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

- **PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - 2023**

METAS:				
<p>1 – Utilizar a Cultura de Paz para diminuir os conflitos dentro do ambiente escolar.</p> <p>2 – Proporcionar um clima acolhedor visando gerar nos estudantes, advindo das escolas sequenciais (transição), um sentimento de pertencimento. Para promover maiores índices no desempenho pedagógico e nas habilidades socioemocionais.</p> <p>3 – Aumentar o índice de promoção dos estudantes em incompatibilidade idade série.</p> <p>4 – Incentivar a formação de um estudante protagonista e dar autonomia para o estudante fazer escolhas assertivas em detrimento ao bem comum da coletividade, se posicionar perante seus direitos e seus deveres e minimizar a falta de comprometimento com as atividades escolares.</p> <p>5 – Construir uma relação de parceria e integração família-escola, e assim proporcionar momentos de reflexão sobre os direitos e deveres de cada envolvido no processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>6 - Ampliar o acesso e o conhecimento de cuidados básicos de saúde, buscando construir hábitos saudáveis dentro do ambiente escolar.</p>				

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Diversidade	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	Educação para a Sustentabilidade			

1 - Cultura de Paz no contexto escolar	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanha de arrecadação de alimentos para trabalhar a empatia, o cuidado com o outro, a solidariedade, entre outros. - Identificar e apoiar os estudantes que possam estar enfrentando dificuldades financeiras e sociais. -Realizar pesquisas e avaliações do clima escolar, com o objetivo de identificar possíveis problemas de convivência, Bullying e outras formas de violência na escola e tomar medidas preventivas. 	Ações junto aos estudantes	Durante o ano letivo
2 – Transição um momento de conflitos		X	X	<ul style="list-style-type: none"> -Acolhimento aos estudantes dos 6º Anos com um tour pelos setores da escola. -Reunião com os pais dos estudantes do 6º Anos para acolhimento das famílias. -Formação com os professores dos 6º Anos. -Visita das escolas seqüenciais: CEF 403 e EC 100 - Momento de bate papo com equipe da escola seqüencial CEM 404 - Aula da Saudade com os alunos dos 9º Anos 	Ações junto aos estudantes, professores e família	1º bimestre e 4º bimestre
3 - Ensino / Aprendizagem		X	X	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico do público alvo do Projeto Superação. - Identificar as necessidades individuais dos estudantes, considerando suas habilidades, interesses e dificuldades. - Trazer para os estudantes textos, vídeos e reflexões sobre as temáticas que envolvam: autoestima, superação, desenvolvimento de habilidades. - Fazer escuta dos estudantes para entender suas angústias, seus medos e suas dificuldades inerentes ao processo de aprendizagem. 	Ações junto aos professores e estudantes.	Durante o ano letivo

4 - Participação estudantil		X		<p>-Organizar, sensibilizar e realizar a eleição dos Representantes, Vice e Suplentes das Turmas. Simulando toda a dinâmica que ocorre no período eleitoral.</p> <p>-Direcionar a reflexão sobre as temáticas que são pertinentes ao pleito como: organização das chapas e dos apoiadores, a relevância do voto, a conduta ética dos envolvidos, as características necessárias para um bom candidato, entre outras questões que são levantadas durante as discussões.</p> <p>-Confeccionar folder, informativos em murais, fichas de inscrições, urnas, cédulas de votação, formulários de apuração e crachás.</p> <p>-Evento de posse e formação dos candidatos eleitos.</p>	Ações junto aos estudantes.	1º Bimestre
5 - Integração família-escola		X	X	<p>-Confeccionar informativos para os pais e/ou responsáveis, sobre como apoiar o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos seus filhos.</p> <p>-Orientar e acolher as famílias em situações problemáticas e/ou desafiadoras, de modo a garantir os Direitos dos Adolescentes, bem como os deveres.</p>	Ações junto às famílias.	Durante todo o ano letivo
6 - Saúde		X	X	<p>-Solicitar visita de representantes da UBS 06 para a promoção de programas de educação para a saúde, abordando temas como: Saúde mental, Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, Saúde bucal, Verificação da situação vacinal, Alimentação saudável e prevenção da obesidade.</p>	Ações junto aos estudantes.	Abril, Junho e setembro

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de resultados.

O plano de ação concretiza-se no planejamento das ações, proporcionando que o processo avaliativo realize-se de modo a adequar as ações implementadas com aquelas previstas. Centralizando na acessibilidade, possibilidades e a organização destas em relação aos objetivos almejados, sempre refletindo sobre o percurso trilhado, revelando oportunidades para análise de demandas e de desafios coletivas presentes no contexto escolar.

Como instrumentos de avaliação e indicadores de resultados específicos, em relação às metas propostas, serão observados os seguintes mecanismos: a diminuição de aplicações de sanções previstas no regimento interno da escola, desempenho acadêmico dos alunos, resultados em avaliações externas e internas, taxa de evasão, índice de reprovação, diminuição de encaminhamentos para o Conselho Tutelar, participação ativa dos estudantes na vida escolar e na comunidade.

● PLANO DE AÇÃO GERAL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

AÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEL	CRONOGRAMA
SEMANA PEDAGÓGICA	Discutir, planejar e direcionar as atividades para todo o ano letivo.	Debates e apresentação de diagnósticos.	Direção, Supervisão, Coordenação e Professores	06 A 10 DE FEVEREIRO

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	Oportunizar momentos de formação continuada de estudo e de reflexão sobre a prática docente considerando a documentação da Secretaria de Educação do Distrito Federal e a realidade da Instituição.	Cursos com cargas horárias diversificadas e com certificação para o professor.	Supervisão e Coordenação	TODO ANO LETIVO
PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO (GERAL E POR ÁREA)	Planejar, acompanhar e orientar o trabalho pedagógico do professor. Organizar as Dinâmicas diárias da UE.	Diálogo e Compartilhamentos	Gestão, Supervisão e Coordenação	TODO ANO LETIVO ESPECÍFICAS E GERAIS: (CONFORME ORIENTAÇÃO DA SEE)
REAGRUPAMENTO (INTRA E INTERCLASSE)	Promover os reagrupamentos das turmas para recuperação das aprendizagens e para (re)estabelecimento da socialização.	Elaboração de Oficinas de Exatas, Códigos e Linguagens, em que se leve em consideração os níveis em que cada aluno se encontra	Gestão, Supervisão e Coordenação	TODO ANO LETIVO
ROTINA ESCOLAR	Organizar Horários, Cronogramas de Provas, Reuniões, e Atividades Diversas. Assistir à Direção em Assuntos Pedagógicos e Disciplinares.	Reestruturação e replanejamento das questões organizacionais da escola em caso de necessidade.	Supervisão e Coordenação	TODO ANO LETIVO
AVALIAÇÕES (PROCESSUAL E FORMATIVA) - (INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA)	Orientar e analisar a elaboração dos Instrumentos Avaliativos como (Avaliação Diagnóstica e Prova Multidisciplinar) Aplicar as avaliações da Rede e apresentar os resultados	Debates sobre formas de avaliação e oferta de materiais para ajudar na construção de avaliações eficazes.	Supervisão e Coordenação e Apoio	TODO ANO LETIVO
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO	Acompanhar e reavaliar o processo de ensino-aprendizagem. Acompanhar o percurso pedagógico.	Sondagem e apontamentos relevantes sobre fragilidades de alunos e turmas	Gestão, Supervisão e Coordenação	BIMESTRALMENTE
PROJETOS INTERVENTIVOS	Planejar e desenvolver projetos de intervenção pedagógica e disciplinar sempre e na área que for necessária.	Fazer sondagens de quais áreas precisam de apoio por meio de execução de projetos que minimizem as dificuldades.	Gestão, Supervisão e Coordenação	A QUALQUER MOMENTO
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA CONTINUADA	Identificar as áreas de conhecimento com maior índice de defasagem, considerando as habilidades e competências previstas no Currículo;	Sondagem, Sintetização e análise dos resultados.	Supervisão, Coordenação	SEMESTRALMENTE

APROVEITAMENTO DE ESTUDO (EXCLUSIVO DO NOTURNO)	Avaliar o percurso escolar do estudante mediante apresentação de documentos que comprovem a autenticidade e regularidade dos estudos, a fim de creditar estudos de equivalente valor formativo por componente curricular.	Certificar o Resultado do aluno no Encceja, Avaliação de Provas de Progressão Continuada e Classificação, documentação emitida de aprovação em exames de EJA, que poderá ser de certificado de conclusão ou certificado parcial de aprovação em componentes curriculares (declaração de proficiência)	Gestão, Supervisão e Coordenação	SEMESTRALMENTE
Aulas direcionadas em curso presencial EJA	Atender ao estudante trabalhador que, por motivos diversos, enfrenta dificuldades em participar das atividades no início ou no fim do turno de estudo, acarretando um ônus ao processo pedagógico.	professor direciona o trabalho do estudante para que este desenvolva tais atividades em tempo e espaço diversos, ou não, daqueles previstos para a aula, configurando assim a flexibilidade necessária para o cumprimento dos objetivos formativos, em detrimento dos fatores impeditivos da atividade presencial do estudante no início ou fim do turno letivo.	Gestão, Supervisão e Coordenação	SEMESTRALMENTE
Ausência Justificada com Critérios (AJUS)	Atender alunos que justificaram ausências concedidas por questões de trabalho, saúde, familiares, sociais, jurídicas, econômicas e de fenômenos da natureza	Cumprimentos de atividades compensatórias domiciliares, mediante ao preenchimento de requerimento junto a coordenação/direção	Gestão, Supervisão e Coordenação	SEMESTRALMENTE

- **PLANO DE AÇÃO DO PROJETO SUPERAÇÃO**

Coordenação Regional de Ensino:	Santa Maria
Unidade Escolar:	CEF 201
Responsável pelo projeto na UE:	Daisy Christina Salazar Magalhães, Ivani Ribeiro de Sena e Ana Cláudia Marques de Deus
Responsável pelo acompanhamento do projeto na CRE:	Lívia Miranda de Oliveira.

Dados do Projeto

UE	
Justificativa do Projeto	Com o crescente aumento no índice de abandono escolar e, conseqüentemente, as reprovações, foi necessário pensar e propor estratégias de superação da defasagem nas aprendizagens, que por sua vez, gera atraso escolar. Nesse contexto, a SE criou o Projeto SuperAção que visa corrigir as questões de incompatibilidade idade/ano desses alunos. Assim, de acordo com a SEEDF, o Programa objetiva contribuir para a recuperação e a progressão das

	<p>aprendizagens, possibilitando, a esses estudantes, a reconstrução das suas trajetórias escolares e proporcionando o fluxo escolar adequado para todos com sucesso.</p> <p>Para o enfrentamento desse desafio de correção do fluxo escolar, o CEF 201 se mobilizou para planejar ações eficientes e possíveis e, a partir daí, implementá-las.</p>
Objetivo(s) do projeto	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrigir o fluxo escolar dos estudantes com dois ou mais anos de atraso em relação ao ano escolar esperado. ● Evitar o abandono e a evasão escolar. ● Possibilitar a progressão escolar e o avanço das aprendizagens.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> ● Acompanhar individualmente a aprendizagem dos discentes em incompatibilidade idade/ano. ● Oferecer atendimento escolar acolhedor e eficaz a todos os estudantes em defasagem.
<p>Ações e intervenções realizadas pela UE para contribuir com a recuperação das aprendizagens</p> <p>(Envolver, também, o orientador educacional e a equipe especializada de apoio às aprendizagens nos processos de acolhimento, sensibilização e acompanhamento do percurso).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mapear os estudantes em situação de defasagem; ● Fazer a acolhidas desses alunos, bem como de seus responsáveis, a fim de conscientizá-los e motivá-los a recuperar as aprendizagens; ● Fazer a acolhida desses alunos junto à O.E; ● Diagnosticar os possíveis motivos que levaram a tal situação para então solucioná-los; ● Realizar busca ativa (quando necessário) para a mitigação da infrequência, evasão e abandono escolar; ● Identificar as fragilidades pedagógicas desses estudantes junto ao Projeto Integral. ● Pensar estratégias didático-pedagógicas para ressignificar as aprendizagens e, posteriormente, promover/avançar esses alunos; ● Aumentar espaços de atendimentos a esses alunos, seja no integral ou na execução de reagrupamentos e oficinas direcionados; ● Fazer a promoção ou o avanço desses alunos na medida em que superem os desafios.
Estratégias adotadas pela UE para a mitigação da infrequência escolar	<p>Projeto interventivo Reagrupamentos Projetos Planejamento pedagógico coletivo, participativo Seminários Trabalho em pequenos grupo Aprendizagem por meio de jogos (gamificação) Métodos de estudo de caso (ou discussão e solução de casos) Aprendizagem em equipe Leitura comentada Apresentação de filmes Avaliações orais</p>

3. Cronograma

Ação	Responsável pela ação	Data de Início	Data de Término
<ul style="list-style-type: none"> ● Mapear os estudantes em situação de defasagem; ● Fazer a acolhida desses alunos, bem como de seus responsáveis, a fim de conscientizá-los e motivá-los a recuperar as aprendizagens; ● Fazer a acolhida desses alunos junto à O.E; ● Diagnosticar os possíveis motivos que levaram a tal situação para então solucioná-los; 	Orientadores Educacionais e Coordenadores Pedagógicos	Durante o 1º Bimestre	Fim do 1º Bimestre
<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar busca ativa (quando necessário) para a mitigação da infrequência, evasão e abandono escolar; ● Identificar as fragilidades pedagógicas desses estudantes. ● Pensar estratégias didático-pedagógicas para ressignificar as aprendizagens e, posteriormente, promover/avançar esses alunos; ● Aumentar espaços de atendimentos a esses alunos, seja no integral ou na execução de reagrupamentos e oficinas direcionados; ● Fazer a promoção ou o avanço desses alunos na medida em que superem os desafios. ● Acompanhar individualmente a aprendizagem dos discentes em incompatibilidade idade/ano. ● Oferecer atendimento escolar acolhedor e eficaz a todos os estudantes em defasagem. 	Professores Regentes Professores do Integral Orientadores Coordenação e Gestão	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo

14. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

PD - PARTE DIVERSIFICADA I – II E III

- PROJETO DA REDE**
- EXECUÇÃO AO LONGO DO ANO**

Atualmente, sob o prisma da Gestão Democrática, a escola está passando por transformações de caráter organizacional, sobretudo os projetos, que contaram com a participação dos diversos setores da Unidade Escolar, para sua definição, buscamos ouvir a cada um dos segmentos da escola (alunos, pais e docentes), pois é crucial, para o atingimento dos objetivos educacionais desta instituição que os projetos versem sobre o atendimento das demandas sociais desta comunidade e nesse novo contexto, considerando também fatores como localidade, faixa etária, situação econômica e social dentre outras. Além disso, acredita-se que para conquistar quaisquer melhorias, no sentido de integração daquela comunidade e do exercício da cidadania de forma plena e consciente é preciso romper com alguns paradigmas e conceber um projeto educacional integrado às demais disciplinas curriculares e, que ao mesmo tempo, se articule ao quadro social de nossos estudantes.

Assim, a Parte Diversificada que compõe o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação, do qual nossa instituição faz parte, só pode efetivar-se como um instrumento de empoderamento social e despertar da cidadania de nossos estudantes, se a ele for dada uma fundamental atenção (como o direcionamento de um docente específico para trabalhar essas disciplinas, a fim de que o possa fazê-lo com a qualidade necessária a este componente curricular tão peculiar). Atualmente, e em virtude da crise sanitária, as disciplinas de PD I, PD II e PD III estão sendo utilizadas com o fim de fazer a retomada dos conteúdos necessários para minimizar os prejuízos pedagógicos causados pela pandemia. Dessa forma, as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais desenvolvem projetos com base no replanejamento curricular para que os conteúdos sejam devidamente trabalhados e recuperados.

Lembrando ainda que, constituída por projetos interdisciplinares, as disciplinas que compõem a Parte Diversificada contemplam assuntos relevantes para as necessidades da comunidade escolar, tais como: saúde física e mental, habilidades sociais, sexualidade, ética, meio ambiente, diversidade cultural, empoderamento, políticas afirmativas, cidadania, direitos humanos e direitos sociais, além desses, outros temas pontuais relacionados à sociedade contemporânea e suas questões, e, além disso, tais temáticas são trabalhadas interdisciplinarmente por todos os professores regentes, paralelamente aos conteúdos significativos específicos de suas áreas de conhecimento, perpassando pelos Eixos Transversais: **Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.**

Essas ações, além da Parte Diversificada, resultam nos seguintes projetos:

A figura do professor, mediador entre o conhecimento científico e o conhecimento cultural (construído na e pela experiência dos sujeitos), *assume uma posição estratégica na ação pedagógica*, a partir do momento em que compreende o processo em que está inserido e a organização do sistema do qual é integrante. Nessa perspectiva, é importante que reflita sobre seu papel nesse cenário e que tenha clara a *intencionalidade* de suas ações, que podem reproduzir as estruturas sociais estabelecidas ou transformá-las. No entanto, *quando o professor não assume postura reflexiva nem se dispõe a gerar ações que visem a transformação do sujeito para, enfim, modificar o meio, é estabelecida uma fragilidade no desenvolvimento da formação integral e autônoma do estudante, que deve apropriar-se do conhecimento para ressignificá-lo em seu contexto social.* [...] é necessário estabelecer vínculos que desvelem esses mundos, aproximem suas linguagens e práticas sociais, consolidando uma relação dialógica entre ambos. [Grifos nossos] (DISTRITO FEDERAL, 2014 e, p. 13)

Além disso, é fundamental considerar que ao realizar projetos de natureza social, a ação pedagógica passa de um processo alienante, centrado apenas no repasse de conhecimento, para um processo formativo com vistas a promover as aprendizagens dos estudantes. É nessa perspectiva que o CEF 201 busca desenvolver os seus projetos, visando a plena formação cidadã de seus estudantes e a superação de suas fragilidades pedagógicas.

OLIMPIÁDA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA - OBMEP

- PROJETO DA REDE
- EXECUÇÃO: PREPARAÇÃO DO ALUNO AO LONGO DO ANO LETIVO E APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA 1ª FASE NO DIA 30/05/23

A **Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)** é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - e tem como objetivo estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área. Além deste valioso incentivo para o estudo da matemática, os estudantes contam com o **PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA Jr. (PIC)**, que é destinado aos alunos medalhistas da OBMEP, o PIC é realizado por meio de uma rede nacional de professores em polos espalhados pelo país, e no fórum virtual. Tem como objetivos despertar nos alunos o gosto pela matemática e pela ciência em geral e motivá-los na escolha profissional pelas carreiras científicas e tecnológicas.

O objetivo geral da OBMEP é promover a valorização da matemática, bem como das ciências e tecnologias a ela relacionadas. Neste ano letivo de 2023, a 1ª fase da avaliação será dia 30 de maio e a nossa U.E sempre aprova alunos para outras fases.

SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA A VIDA

- PROJETO DA REDE
- EXECUÇÃO: ABORDAGEM DA TEMÁTICA AO LONGO DO ANO.
- SEMANA DE ATIVIDADES DIRECIONADAS: 08 A 12/05

Instituída pela Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009, a Semana de Educação para a Vida consta no Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e tem como objetivo de mobilizar a comunidade escolar por uma semana específica para o desenvolvimento de trabalhos cujos temas contribuam para o exercício da cidadania, qualidade de vida, zelo com o meio ambiente, saúde, segurança, enfim, trata-se de uma semana em que os temas transversais são

trabalhados por meio de atividades diferenciadas, tais como palestras, oficinas, peças teatrais, murais, apresentações de dança.

O primeiro passo é a definição de uma temática norteadora, que é realizada em reuniões de coordenação pedagógica pelos docentes, coordenação e equipe de gestão, em seguida é feita a socialização desta temática junto ao restante da comunidade escolar (estudantes, pais e demais servidores da unidade escolar) e organização do modo como o trabalho será executado. De posse desses elementos, cada professor orienta um grupo de estudantes nos trabalhos definidos entre eles e organizados previamente.



DIA LETIVO TEMÁTICO

→ PROJETO DA REDE

→ ATIVIDADE DIRECIONADA PARA OS DIAS CONFORME CALENDÁRIO.

O **Dia Letivo Temático** está previsto no calendário escolar, para fins de avaliação da instituição nos aspectos pedagógicos, administrativo, gestão, visando detectar os aspectos positivos e os pontos falhos a serem sanados, de modo a garantir uma prestação de serviço melhor e um ensino de qualidade. Todos os segmentos da comunidade escolar são convidados a participar deste dia temático.

São feitas sondagens, tabulação dos dados, apresentação e discussão dos resultados.



Objetivos:

- Discutir temáticas apontadas pela SEEDF e de relevância para a comunidade escolar;
- Fazer a Avaliação Institucional, dentre elas a reavaliação de Projetos;
- Compartilhar vivências e experiências para, a partir delas, refletir os processos sociais e pedagógicos.

CIRCUITO E FEIRA DE CIÊNCIAS

→ PROJETO DA REDE

→ EXECUÇÃO: ETAPA LOCAL - ABRIL A JULHO/23

ETAPA REGIONAL - AGOSTO A SETEMBRO/23

ETAPA DISTRITAL - 10/23

A feira de Ciências das Escolas do Distrito Federal tem por objetivo geral desenvolver o interesse científico, por meio do contato com a temática proposta e do desenvolvimento de projetos na área científica e tecnológica.

Objetivos:

- Incentivar a produção científica na escola;
- Possibilitar aos estudantes o desenvolvimento da criatividade e da capacidade inventiva e investigativa;
- Promover momento de socialização e de trabalhos em equipe;
- Promover o protagonismo estudantil;
- Incentivar a participação do aluno e da Instituição em projetos diversos.



OFICINA LITERÁRIA TEMÁTICA - REAGRUPAMENTOS

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO: BIMESTRALMENTE

A oficina literária temática é um projeto literário que se deu, inicialmente, de forma remota (no período de atividades no AVA). Com o retorno progressivo das atividades, a escola precisou fazer os ajustes necessários para que o reagrupamento literário acontecesse e, partir daí, e em novo formato, as oficinas objetivam envolver os estudantes em atividades literárias temáticas que perpassam pelo campo da literatura nacional, favorecendo uma reflexão sobre as obras literárias de referência, tais como poesia, música, dança, recitais e outros.

Objetivos:

- Fazer a retomada de conteúdos e de temáticas relevantes para os estudantes;
- Incentivar o hábito de leitura, bem como a produção de textos;
- Incentivar os relacionamentos saudáveis e a socialização;
- Possibilitar aos estudantes o desenvolvimento da compreensão de texto em suas diversas formas, da capacidade interpretativa e da capacidade de leitura de mundo a partir dos textos e produções literárias.

JOGOS INTERCLASSE

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO: 17 A 21/07

No CEF 201, os jogos interclasse são realizados visando favorecer a interação entre os estudantes e auxiliar no respeito às regras, aumentar a capacidade cognitiva dos alunos, trazer benefícios consideráveis à saúde e incentivar a cooperação e a socialização, além de auxiliar no processo de ensino aprendizagem e motivar a participação escolar.

Acredita-se que se o esporte for trabalhado de maneira correta, ressaltando os valores pedagógicos e proporcionando divertimento e experiências formativas para a

cidadania dos estudantes, pode trazer benefícios à vida deles, como o desenvolvimento da auto-superação, de aprendizagens úteis à formação total, de habilidades de identificação de erros e posterior reflexão, visa oportunizar um espaço de criações esportivas, incentiva a inclusão e a democratização, associa a competência esportiva ao prazer e ao divertimento, entre outros.

Objetivos:

- Promover a interação social entre os alunos;
- Estimular a prática da solidariedade;
- Estabelecer o senso de organização e espírito de grupo;
- Proporcionar o conhecimento de atletas locais e de alto rendimento;
- Incentivar a prática de atividades saudáveis e a prática da responsabilidade universal;
- Fortalecer a relação escola/professor/aluno;
- Avaliar o grau de conhecimento dos alunos sobre as modalidades desenvolvidas.

REAGRUPAMENTOS INTRA E INTERCLASSE

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO: AO LONGO DO ANO LETIVO

Os reagrupamentos são uma estratégia de trabalho em grupo que visa o avanço das aprendizagens a partir da troca de conhecimentos entre alunos de uma mesma classe (intraclasse) ou de classes diferentes (interclasse). Além disso, o reagrupamento se tornou uma importante ferramenta para retomada de conteúdos, conforme o planejamento curricular de 2022.

Objetivos:

- Atender às diversas necessidades educacionais existentes entre os alunos.
- Promover, entre alunos de uma mesma turma, atividades iguais com desafios distintos que se adequem ao perfil de cada aluno/grupo.
- Propiciar ao professor percepções diversas sobre os estudantes,

- Promover o intercâmbio de professores entre turmas/grupos distintos das que leciona usualmente.
- Promover o intercâmbio de conhecimentos entre alunos de turmas/anos distintos.
- Fortalecendo a interlocução entre os professores envolvidos e tornando-os corresponsáveis pelas aprendizagens de todos os estudantes.

PROJETOS INTERVENTIVOS PEDAGÓGICOS E DISCIPLINARES

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO PEDAGÓGICA AO LONGO DO ANO E A QUALQUER MOMENTO

A retomada das atividades educacionais presenciais trouxe muitos desafios no sentido social e das aprendizagens. A questão comportamental dos alunos, a saúde física e mental, o aumento das vulnerabilidades e todas as perdas pedagógicas, trouxeram para a escola a necessidade de que, sempre que detectada uma fragilidade, projetos interventivos fossem planejados e executados com a finalidade de gerenciar tais problemas.

Objetivos:

- Intervir de forma pontual e eficiente nas fragilidades detectadas;
- Atender de forma contínua os estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagens e/ou dificuldades socioemocionais;
- Personalizar estratégias pedagógicas;
- Oportunizar o desenvolvimento dos estudantes.

PROJETO DE TRANSIÇÃO (AULA DA SAUDADE E ACOLHIDA DOS 6º ANOS)

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO: MÊS 02/23 PARA ACOLHIDA E MÊS 12/23 PARA COLAÇÃO.

O projeto de transição do CEF 201 tem por finalidade, tanto receber alunos de 6º anos (vindos da educação infantil), quanto entregar ao Ensino Médio, alunos dos 9º anos. O projeto objetiva apoiar os alunos nesses dois momentos peculiares da vida acadêmica a fazerem uma transição segura e apoiada pela escola e pelas famílias.

Objetivo:

- Ajudar os alunos na adaptação e na transição de uma etapa para outra;
- Promover momento de conclusão de curso dos alunos dos 9º anos;
- Apresentar o novo ensino médio aos alunos dos 9º anos;
- Apresentar o início do ensino fundamental- anos finais- aos alunos dos 6º anos;
- Promover a integração entre aqueles que já passaram e contribuíram com esta instituição.



PROVA DE REDAÇÃO

- PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201
- EXECUÇÃO PEDAGÓGICA BIMESTRALMENTE

A prova de redação é uma avaliação bimestral capaz de fazer com que os estudantes conheçam os diferentes tipos e gêneros textuais importantes para uma cidadania plena, além de mostrar quais práticas se deve adotar para desenvolver um

bom texto e como estruturá-lo. Saber redigir um bom texto é fundamental para a vida escolar e para a vida profissional dos alunos, pois por meio da prática da escrita, aprendemos a comunicar as nossas ideias de forma coesa e compreensível.

Objetivos:

- Incentivar a leitura;
- Preparar os estudantes para exames externos e de larga escala;
- Explorar a temática sugerida;
- Estimular a criatividade;
- Desenvolver a capacidade de escrita dos estudantes.

PROVA MULTIDISCIPLINAR DE CARÁTER FORMATIVO

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO PEDAGÓGICA BIMESTRALMENTE

A prova multidisciplinar é uma avaliação bimestral, composta por questões de múltipla escolha relacionadas a todos os componentes curriculares da respectiva série que o estudante está cursando. Visa preparar os estudantes para exames externos e de larga escala. Além disso, possibilita aos alunos e docentes uma visão do desempenho do estudante perante o conjunto de avaliações, pois realiza-se uma tabulação dos resultados da prova de modo a informar aos estudantes seu rendimento detalhado e assim trabalhar as dificuldades item a item.

Objetivos:

- Preparar os estudantes para exames externos e de larga escala;
- Mostrar ao aluno as várias formas de avaliação ou exames a que (provavelmente) se submeterá após o término da educação básica.
- Preparar o aluno para a comunicação escrita clara, coerente e coesa.

EJA - AULA DA SAUDADE

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO PEDAGÓGICA SEMESTRALMENTE

Aula diferenciada com propósito de preparar o aluno da 8ª etapa do 2º segmento EJA para o ensino médio (3º segmento EJA). Além de socializar e confraternizar com os colegas de turma e funcionários da escola.

Objetivos:

- Preparar os estudantes para o 3º segmento EJA;
- Refletir sobre as aprendizagens do ensino fundamental.

EJA - PROJETO CULTURAL – SEMANA EJA CULTURA NORDESTINA

→ PROJETO ESPECÍFICO DO CEF 201

→ EXECUÇÃO PEDAGÓGICA SEMESTRALMENTE

O “PROJETO LEITURA” visa estimular a criatividade dos alunos e a leitura, pois foca o poema como um gênero textual e a poesia é vista de forma ampla em diversos contextos como o musical. A produção textual é o foco do poema, levando os alunos a perceberem a importância da leitura como uma atividade ampla e criativa.

Objetivos:

- Estimular a leitura;
- Demonstrar a importância da leitura mostrando a poesia como um gênero textual importante;
- Explorar a temática sugerida estimulando o processo criativo de poemas;
- Valorizar o processo criativo do aluno, abrindo espaço também para músicas ressaltando a poesia em sua estrutura;
- Desenvolver atividades na biblioteca explorando o ambiente;
- Promover a criatividade explorando temáticas diferentes na biblioteca e na produção textual.

15. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A avaliação do trabalho da escola ou avaliação institucional nesta Unidade Escolar ocorrerá ao longo do processo educacional. Esses momentos de acompanhamento e de avaliação do PPP, podem acontecer, tanto nos momentos de coordenação pedagógica, entre os docentes, coordenadores e equipe gestora, nos dias letivos temáticos, em reuniões junto aos pais e estudantes, ou mesmo em reuniões junto aos demais setores da escola (OE, Sala de Recursos, Administrativo, Secretaria, Portaria, Cantina, Serviços de limpeza e conservação e demais setores) com vistas a tratar as questões relacionadas às atividades desenvolvidas por cada um destes.

A avaliação de nossa Proposta terá como objetivo alcançar a excelência em cada uma das propostas, portanto, sempre estará no centro das discussões os processos e procedimentos utilizados para a realização dos trabalhos que aqui se desenrolam, no sentido de aperfeiçoá-los, fazendo com que alcancemos a qualidade social e educacional ora buscada. Os registros deste processo de autoavaliação sempre constarão em relatórios, fichas, atas e documentos, a fim de retomarmos os pontos que precisam ser revistos com maior clareza e objetividade.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Matias. Organização, gestão e projeto educativo das escolas. Porto, Edições Asa, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2014. 113p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. 79p.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11ª Edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 46p.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 201 de SANTA MARIA. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Projeto Político-Pedagógico do CEF 201 de Santa Maria*. Santa Maria: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2016.

CHAVES, Marco Antônio ET AL. Metodologia da Pesquisa Científica. UCAM Módulos I a VIII. (Apostila) 2002.

CURY, Carlos R. Jamil. O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília, 2005 (mimeo).

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Currículo em movimento da educação básica: Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. 175p.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Currículo em movimento da educação básica: Educação Profissional e a distância*. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. 86p.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Currículo em movimento da educação básica: Pressupostos teóricos*. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. 90p.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016*. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. 66p.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014-2017*. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. 62p.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Projeto Político-Pedagógico*: Professor Carlos Mota. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2012. 146p.

_____. Secretaria de Planejamento do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Santa Maria*. Brasília: CODEPLAN, 2015. 66p

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. 2007, v. 15, n. 54, pp. 11-28.

FEDERAL, DISTRITO. Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Institui o Plano Distrital de Educação (PDE), e dá outras providências. Disponível em: Lei, v. 5499, 2015.

FEDERAL, DISTRITO. Resolução nº 1/2012-CEDF. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª ed., 1986.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão e organização escolar. IESDE BRASIL SA, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. “Organização do trabalho pedagógico”. Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991. (mimeo.)

FREINET, Célestin; PEREIRA, Maria Ermantina G. A educação do trabalho. Martins Fontes, 1998.

GADOTTI, Moacir. “Pressupostos do projeto pedagógico”. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição, Atlas, São Paulo, 2009.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

MARQUES, Helen Dayane Missias. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A gestão Participativa e a Autonomia da Escola Pública. João Pessoa: UFPB, 2017.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola. " In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola nº 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun.1990.

NEVES, Leczy Consuelo. A Casa do Mágico. Rio de Janeiro. Agir, 1986.

SANTOS, Sandra e GOULART, Cristiane. CIDADE ESCOLA: do Pó de Giz à Cidade Ensinante e Aprendiz Dispositivo para um novo lugar possível de aprendizagens em tempo integral. Projeto desenvolvido para escolas da Rede Municipal de Porto Alegre e publicado no <http://romanticosconspiradores.blogspot.com>.

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da vara". In Revista Ande nº 3. São Paulo, 1982.

SILVA, Carmen S. Miranda. *Programas Habitacionais para Famílias de Baixa Renda, o caso do Programa Socorro Social: efetivação de um direito ou clientelismo?* Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 81p.

SOUZA, Vanira Fernandes. *Impacto do Processo de Ocupação Urbana ao Meio Ambiente do Distrito Federal*. Brasília: UniCEUB, 2002. 47p.

THURLER, Monica Gather. Inovar no interior da Escola. São Paulo. ARTMED, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo. Libertad Editora. 2003.

_____. *Docência: uma construção ético-profissional*. Campinas: Papirus Editora, 2005 (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). 142p.

_____. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. 14ª Edição. Campinas: Papirus Editora, 1995 (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). 191p.